

OS INTEGRALISTAS PÓS-1945. A BUSCA PELO PODER NO REGIME DEMOCRÁTICO E NA DITADURA (1945-1985) *

*João Fábio Bertonha****

Resumo. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os integralistas se rearticularam e criaram o Partido de Representação Popular, através do qual participaram da política brasileira entre 1945 e 1965. Ao mesmo tempo, os integralistas agiram nos bastidores em apoio ao golpe de 1964 e tiveram participação ativa dentro do regime militar então instaurado. A proposta dessa comunicação é discutir a inserção política dos seguidores de Plínio Salgado no longo período entre 1945 e 1985, suas expectativas de poder e os diferentes métodos imaginados por eles, na democracia e na ditadura, para atingi-lo. Será dada especial ênfase aos resultados efetivamente conseguidos e aos efeitos da ação desse grupo na política brasileira do período como um todo.

Palavras-chave: Integralismo; Extrema Direita; Brasil.

POST-1945 INTEGRALISTS. THE SEARCH FOR POWER DURING THE DEMOCRATIC AND DICTATORIAL REGIMES (1945-1985)

Abstract. After the end of World War II, the integralists regrouped and created the Popular Representation Party, through which they took part in Brazilian politics between 1945 and 1965. At the same time, the integralists acted behind the scenes in support of the 1964 coup and were active within the military regime that came to power. The proposal of this work is to discuss the political insertion of Plínio Salgado's followers during the long period between 1945 and 1985, their expectations of power and the different methods imagined by them to achieve it, during democratic and dictatorial periods. Special emphasis will be given to the effectively achieved results and the effects of this group's actions as a whole in Brazilian politics of the time.

Keywords: Integralism; Far Right; Brazil.

* Artigo recebido em 30 de junho de 2009. Autor convidado.

*** Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá/PR e Pesquisador do CNPq.

LOS INTEGRALISTAS DESPUÉS DE 1945. LA BÚSQUEDA DE PODER DURANTE EL RÉGIMEN DEMOCRÁTICO Y LA DICTADURA (1945-1985)

Resumen. Tras el fin de la Segunda Guerra Mundial, los integralistas se rearticularon y crearon el Partido de Representación Popular, con el cual participaron en la política brasileña entre 1945 y 1965. Al mismo tiempo, los integralistas actuaron en los bastidores apoyando el golpe de 1964 y participando activamente en el régimen militar instaurado en ese entonces. Aquí, la propuesta es discutir sobre la inserción política de los seguidores de Plínio Salgado durante el largo período comprendido entre 1945 y 1985, sus expectativas de poder y los diferentes métodos que imaginaron para alcanzarlo tanto en la democracia como en la dictadura. Se enfatizarán, principalmente, los resultados efectivamente alcanzados y los efectos de la acción de este grupo en la política brasileña a lo largo del período demarcado.

Palabras clave: Integralismo; Extrema Derecha, Brasil.

INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos, os estudos a respeito do integralismo têm se consolidado e expandido em ritmo acelerado. Um pesquisador interessado em pesquisar o tema e que iniciasse suas leituras em meados dos anos 70, por exemplo, só teria, em essência, a bibliografia de época e um ou dois textos produzidos por especialistas para trabalhar. Nos anos 80, a situação estaria melhor, mas havia ainda uma produção restrita e as lacunas em nosso conhecimento eram bastante acentuadas.

A partir, grosso modo, dos anos 90 do século passado, a situação mudou radicalmente e os estudos do integralismo não apenas se expandiram de forma acentuada, como se consolidaram enquanto campo analítico. Os livros, os artigos e as teses se sucedem e podemos notar como esta é uma temática longe de atingir o esgotamento.

Novos temas e abordagens também se tornaram uma característica dos novos estudos. A relação das populações afro-brasileiras com o movimento, seus contatos com os mais variados movimentos fascistas, suas bases sociais e muitos outros temas passaram a receber um novo tratamento.

O que mais chama a atenção, contudo, é a crescente expansão temporal do Integralismo. Anos atrás, conhecíamos apenas o período entre 1932 e 1938, como se o movimento não tivesse uma história posterior e nem antecedentes. Nos últimos anos, porém, os estudos se expandiram para abordar os anos 50 e 60, incluindo o *Partido de Representação Popular* e a participação integralista no golpe e no regime de 1964. Outros historiadores e cientistas sociais têm estudado, igualmente, os neo-integralistas, ou seja, os adeptos do movimento ainda ativos na sociedade brasileira e que, apesar de poucos, representam a herança contemporânea deste¹.

Evidentemente, muito resta ainda a ser estudado sobre os desdobramentos do integralismo após o seu fechamento, em 1938. Não obstante, já começamos a ter um quadro mais claro do período que vai da formação do PRP à morte de Plínio Salgado, em 1975, e mesmo depois.

Meu artigo busca colaborar neste sentido, mas abordando especificadamente o tema da conquista do poder. Desde seus primórdios, o integralismo se apresentou como um movimento cultural ou espiritual e essa visão acabou mascarando uma realidade óbvia, ou seja, que os integralistas e seus sucessores sempre tiveram em vista a conquista do Estado, ou seja, o poder.

Esse objetivo, sempre perseguido, mas nem sempre assumido, atravessou todas as fases do integralismo, desde sua fundação em 1932 até sua reformatação como o PRP depois da Segunda Guerra Mundial. Mesmo após o fim do partido e da dispersão dos remanescentes integralistas na Arena, sonhos de poder, ou, ao menos, de algum poder, estiveram presentes nas mentes dos líderes ainda ativos e, especialmente, na de Plínio Salgado. É essa busca pelo poder, com as idas e vindas determinadas pelas conjunturas específicas e pelas próprias alterações estruturais sofridas pelo movimento no decorrer de anos e décadas, que será vista aqui.

Assim, iniciarei com uma discussão sobre a Ação Integralista no seu período clássico (1932-1938) e sobre os instrumentos por ela mobilizados para a tentativa de conquista do Estado. Apesar dos anos 30 não serem o foco central desse texto, é uma parte necessária, até para que consigamos fazer o contraponto com o período posterior.

¹ Para os novos estudos a respeito do Integralismo, vide Dotta (2004) e Silva (2007). Para um panorama da historiografia sobre o movimento, ver Bertonha (2009).

Na duas partes seguintes, procurarei entender como os herdeiros do movimento se rearticularam para uma nova realidade social e política (mundial e brasileira) e procuraram refazer suas estratégias para a conquista do poder. Especialmente para o pós-1965, quando o PRP é dissolvido, juntamente com todos os outros partidos políticos do Brasil, e seus remanescentes se incorporam à Arena, o foco caminha para a figura de Plínio Salgado e seus esforços para exercer influência dentro do regime militar. Uma opção lógica, já que é em Plínio que estarão focadas as últimas esperanças dos integralistas neste sentido.

Ressalto, por fim, que minha discussão será restrita ao tópico específico da conquista do poder e que será impossível citar e/ou fazer uso da imensa massa de dados bibliográficos e de fontes primárias que estão disponíveis sobre a temática. Do mesmo modo, deixo para outros espaços uma imensa pesquisa documental recente que fiz sobre a atuação integralista no regime de 1964 e que não poderei incluir aqui.

Inevitavelmente, assim, o texto será mais analítico do que descritivo, o que implicará numa discussão focada e que não se preocupará em descrever processos e acontecimentos já contemplados na historiografia e que já são de domínio dos interessados no tema. Assim, citarei apenas a bibliografia minimamente necessária, ficando subentendido que a falta de citações reflete mais a escolha do autor do que a não disponibilidade desta.

A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E SUA BUSCA PELO PODER, 1932-1938

Dentro dos estudos sobre o Integralismo, um ponto obscuro é a estratégia do partido para atingir o poder. Em boa medida, esta dificuldade dos historiadores para delimitar os mecanismos pelos quais a AIB pretendia controlar o Estado é devida ao simples fato do movimento, desde muito cedo, se proclamar como cultural, de mudança de mentalidades, longe dos objetivos imediatos de conquista do poder.

Segundo esta visão, o Integralismo seria algo muito maior do que um simples partido político. Seria um movimento de idéias, que triunfaria inevitavelmente e de forma natural e pacífica, sendo desnecessários quaisquer preparativos ou esforços em direção aos únicos mecanismos que permitiriam a efetiva conquista do poder, ou seja, a vitória eleitoral ou o golpe de Estado.

Ainda em 1936, Plínio Salgado escrevia como a luta integralista era de idéias e que elas não podiam ser paradas pelo terror ou pela força. Sua luta era para renovar uma nação e uma civilização e não para fins pequenos, como chegar ao governo. Ou, segundo suas palavras, "Nossa vitória não virá em consequência de golpes técnicos nem como resultado de conspiratas contra os governos constituídos; virá, automaticamente, pela infiltração poderosa de idéias" (SALGADO, 1936, p. 229).

Esta visão, de um desprendimento pelo poder, foi muito reforçada no pós-1937, até para justificar a incapacidade de derrotar Getúlio Vargas. Posteriormente, à medida que os anos e as décadas se passavam sem que o Integralismo se tornasse uma alternativa real de poder, essa justificativa se tornou ainda mais presente no discurso dos integralistas e seus herdeiros. Na famosa carta de Plínio a Getúlio Vargas em 1937, essa visão está mais do que clara:

Os integralistas o que queriam era constituir uma espécie de comunidade cívica de sacrifício pela Pátria, sem caráter político, como sempre foi o nosso desejo desde 1932, conservando, entretanto, todos os característicos que não são negados até aos clubes de futebol: as exterioridades que exprimem a objetivação concreta de uma comunhão de homens.

Se comparecermos à campanha preparatória das eleições presidenciais, eu esclareci largamente: era porque sendo nós obrigados a votar, por lei, não queríamos misturar-nos aos partidos liberais-democratas, e era só por isso que tínhamos um candidato.

Milhares de vezes declarei, em cinco anos de propaganda: o meu objetivo último não é o Poder, mas a formação da consciência nacional e o início de uma obra civilizadora no Continente.

O Poder, para nós, sempre foi encarado como uma contingência, jamais como uma aspiração. A conquista do Poder, para nós integralistas, esteve sempre subordinada ao imperativo de circunstâncias que nos levariam a isto, por motivos de salvação pública e de dignidade dos nossos próprios propósitos. Nem aspirávamos ao Poder, nem nos furtaríamos à sua conquista, tudo dependendo de circunstâncias históricas imperativas (SALGADO, 1946, p. 227-228)

É discutível, no entanto, essa falta de interesse do movimento integralista pelo poder. Desde a sua fundação, eles trabalharam incessantemente para conquistar o Estado, sozinhos ou associados a outras forças. Está mais ou menos claro, a meu ver, que, depois de 1934, especialmente depois do Congresso de Vitória, a avaliação integralista era de que suas forças eram limitadas e que quaisquer tentativas de dar um golpe de Estado por conta própria seriam inúteis. As milícias integralistas, afinal de contas, poderiam ser úteis como instrumento de propaganda e para brigas de rua com seus opositores, mas não tinham como dominar o Exército e os demais órgãos de segurança.

Assim, avaliou-se que as suas únicas chances de atingir o poder eram ou pela via eleitoral ou por um golpe de Estado, mas em associação com outras forças políticas e militares. Eles trabalharam nesse sentido, participando do processo eleitoral (inclusive lançando a candidatura de Plínio Salgado à presidência em 1938) até o momento em que ficou claro que sua força eleitoral era insuficiente para seus planos e que uma ditadura liderada por Getúlio Vargas iria se instalar no país. A partir daí, eles participaram ativamente na conspiração que criou o Estado Novo em 1937 e com esperanças de uma influência crescente na nova ordem. A idéia era a de se apossar do aparato de Estado aos poucos, dentro do bloco varguista e, com o tempo, eliminar a este e a outros rivais, o que daria o poder a Salgado.

A estratégia integralista, nesse ponto, era similar a que deu o poder a Hitler na Alemanha. Não espanta, aliás, que Getúlio Vargas tenha afirmado que não iria ser o "Hindenburg" do Integralismo (HILTON, 1977, p. 54-55), o que indica como os planos integralistas estavam claros e que o esforço de Vargas para eliminar o movimento logo em seguida refletia uma resposta a estes.

Quando os planos dos camisas-verdes para conquistar o Estado através de uma grande aliança de direita (e sua hegemonização posterior) falharam, aliás, a confusão na liderança integralista foi total. Isso levou a dúvidas sobre como proceder e ajuda a explicar a divisão entre os integralistas, com vários aceitando a derrota e se incorporando ao Estado Novo e outros articulando golpes de Estado, ainda em 1938, para revertê-la, sem sucesso.

Também a atividade de Plínio Salgado em Portugal (1939-1946) e de outras lideranças integralistas exiladas revelam a eterna busca pelo poder, mas com alterações táticas contínuas conforme o momento.

Assim, Salgado oscilou entre uma tentativa de acomodação, a qualquer custo, com Vargas enquanto negociava, com agentes do Eixo, apoio para derrubá-lo e substituí-lo no comando do Brasil. Já perto do fim da guerra, ao ver como a situação internacional e brasileira eram outras, repudiou o Estado Novo e procurou esconder seus laços com o fascismo internacional. Alterações táticas numa estratégia de conquista do Estado que pode não ter dado certo, mas que era contínua.

Em resumo, os integralistas podiam ter seus planos de longo prazo de mudar a mentalidade nacional, e, no caso de Plínio Salgado, com seu romantismo e idealismo, não seria absurdo dizer que ele acreditava realmente em uma revolução espiritual. Mas a conquista do poder sempre foi um objetivo essencial e a recusa integralista em assumir isto se encaixa muito bem no velho ditado “quem desdenha, quer comprar”.

Até como corolário dessa teoria, surgiu, no discurso integralista, a idéia de uma relutância do movimento em apelar à força para chegar ao poder, de uma abnegação cristã que, se não chegava ao pacifismo absoluto, não o permitia agir com a força necessária para superar seus inimigos.

Novamente, o discurso precisa ser visto de um ângulo diferente para ser compreendido. Num contexto, especialmente a partir de 1935, em que estava clara a incapacidade integralista em tomar o poder pela força, derrotando as forças militares e policiais, e em que a possibilidade do governo federal utilizar as leis que já haviam fechado a Aliança Nacional Libertadora para desferir um golpe mortal no Integralismo era real, ressaltar o próprio pacifismo era fundamental para a própria sobrevivência. Não é a toa que o movimento tenha reorganizado sua milícia para um padrão menos ostensivo e ressaltado sua total renúncia à violência.

Nas crônicas do período, além disso, há um sem número de informações a respeito de conflitos entre integralistas e forças antifascistas, com a milícia integralista utilizando cassetetes, armas de fogo e outros métodos violentos. Além dos acontecimentos óbvios e já estudados pela historiografia, como a Batalha da Praça da Sé e os conflitos, seguidos de mortes, de integralistas com esquerdistas em Bauru, Campos e outros locais, há um número imenso de informações sobre tiroteios, brigas de rua e outros conflitos entre os integralistas e seus inimigos.

Segundo Rose (2001), os integralistas também teriam listas de pessoas (comunistas, maçons, judeus e outros) a serem eliminadas após a conquista do poder. Uma opinião suspeita, dado a pouca confiabilidade deste autor, mas não totalmente absurda.

Hélio Silva (1971), por sua vez, chega a dizer que os milicianos integralistas teriam introduzido o terrorismo no Brasil, ao realizar atos como obrigar o Barão de Itararé a engolir um artigo desfavorável ao movimento. Ainda segundo Silva, Salgado teria dito inúmeras vezes, no rádio, que castigaria implacavelmente os seus adversários e, em 1937, teria pedido armas ao Exército para armar adequadamente a sua milícia (SILVA, 1971, p.128).

Claro que é possível imaginar que estes atos violentos – que são apenas uma pequena amostra de uma longa série disponível na historiografia e na imprensa - eram mera autodefesa e, em alguns casos, podem muito bem ter sido. Mas não se coadunam com a imagem de pacifismo do movimento e, antes, reforçam a impressão de que a renúncia à violência como meio para chegar ao poder após 1934 era, em essência, uma análise realista das possibilidades e não um princípio ideológico.

Concluindo, podemos afirmar que o movimento sempre ambicionou o poder e que a opção pelas opções disponíveis – a eleitoral, a do golpe de Estado e a tentativa de participação num bloco maior e sua hegemonização posterior - variava apenas por conveniência e viabilidade. Além disso, neste período, os integralistas estavam confiantes o suficiente para acreditarem que podiam mesmo atingir o poder, o que os levou a certa ingenuidade e a sua eliminação sem grandes dificuldades por Vargas.

O PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR E A BUSCA PELO PODER, 1946-1965

Entre 1938 e 1946, os remanescentes do integralismo se dividiram na sua relação com o Estado Novo varguista. Alguns foram cooptados pelo regime e se tornaram fiéis funcionários do mesmo. Alguns integralistas optaram pela neutralidade e silêncio, à espera de melhores dias, enquanto outros procuravam se reunir clandestinamente e manter vivos alguns dos ideais do movimento. De qualquer modo, as possibilidades de maior influência política eram, nesse período, praticamente nulas.

Com a redemocratização, o retorno de Plínio Salgado ao Brasil e a fundação do *Partido de Representação Popular*, novas possibilidades pareciam abrir-se para o Integralismo, ou para o novo Integralismo. Proclamar a violência ou o golpe de Estado para atingir o poder não eram mais aceitáveis naquele momento, mas a luta eleitoral parecia um caminho viável e que poderia ser percorrido².

Num primeiro momento, ao final dos anos 40, o grande problema dos integralistas era a sua reorganização e a sua aceitação pelo *establishment* político. Não era realmente um problema de fácil solução. O Integralismo era desprezado, ao menos publicamente, por todas as forças do espectro político e, para piorar, muitos dos velhos integralistas, como Miguel Reale e Gustavo Barroso, optaram por permanecer de fora, o que enfraquecia o novo partido.

O nascente PRP respondeu negando as acusações de espionagem e as ligações com Hitler ou Mussolini. Um especial cuidado foi tomado com a questão da democracia, a ser vista logo a seguir, e com a do fascismo, com os novos integralistas ressaltando que o Integralismo não era e nem nunca havia sido fascista. Também Salgado e outros autores produziram um grande número de livros e documentos para ressaltar esses pontos e velhos livros e documentos foram, quando necessário, esquecidos ou adulterados para ressaltar os novos cânones.

Esse ponto, aliás, merece ser ressaltado, até para indicar como a questão da memória foi trabalhada pelos herdeiros do movimento no pós-1945, num esforço de redefinição e reescrita da História que prosseguiu por décadas. Ainda em 1982, por exemplo, os herdeiros do movimento publicaram uma edição dos 50 anos do Manifesto de 1932 e lá está a seguinte frase, publicada como se fosse a original de 1932:

Os que estão no poder realizam o nosso pensamento político, ou nós, da Ação Integralista Brasileira, nos declaramos proscritos, espontaneamente, da falsa vida política da Nação, até o dia em que formos um número tão grande que restauraremos os nossos direitos de cidadania, e pela força desse número conquistaremos o Poder da República (DOREA, 1982, p. 9).

² Para os parágrafos a seguir, a não ser que exista menção em contrário, baseei-me fortemente no trabalho do historiador Gilberto Calil. Ver, entre outros, Calil (2001 e 2005a).

O verdadeiro original, contudo, é bem menos sutil:

Ou os que estão no poder realizam o nosso pensamento político, ou nós, da Ação Integralista Brasileira, nos declaramos proscritos, espontaneamente, da falsa vida política da Nação, até o dia em que formos um número tão grande, que restauraremos pela força nossos direitos de cidadania, e pela força conquistaremos o Poder da República (CARONE, 1974, p. 312).

De qualquer modo, apesar de resistência generalizada, o novo partido acabou por ser aceito dentro do novo sistema político montado em 1945. Seu registro foi aceito pelo Estado em 9/10/1945 e sua segunda convenção, em 26/10/1946, marcou o retorno de Salgado e sua eleição para presidente. Nesta, reafirmaram-se os novos princípios ideológicos do partido, revelando plena inserção no sistema político e depuração do que não seria mais aceitável do velho Integralismo. Ele continuava, contudo, a defender idéias caras aos integralistas, como o municipalismo, o nacionalismo, o espiritualismo e um anticomunismo quase fanático.

O PRP era adaptado à democracia, até para poder funcionar. Mas como negar sua velha crítica ao sistema liberal? Para tanto, eles criaram a concepção de "conceito cristão de democracia". Seguindo este conceito, os valores cristãos defendidos pelo partido seriam a chave da verdadeira democracia, enquanto a democracia formal pouco valeria, já que materialista. O partido lutaria pela verdadeira democracia, ao mesmo tempo em que concentraria todas as suas forças nos verdadeiros inimigos desta, ou seja, os comunistas.

Criava-se, assim, um interessante jogo de palavras, o qual permitia que eles continuassem atacando o sistema democrático mesmo, a princípio, o defendendo. Uma idéia próxima do conceito de "democracia defensiva" utilizado, por exemplo, pela conservadora *União Democrática Nacional* e que indica como o partido estava, também neste ponto, se adaptando aos novos tempos.

No entanto, mesmo com todo o seu contorcionismo conceitual, era difícil para os seguidores de Salgado negarem que, apesar de tudo, estavam agora adaptados ao sistema liberal-parlamentar que haviam tanto atacado poucos anos antes. Essa contradição, aliás, muito provavelmente, ajudou, entre outros fatores, a diminuir o apelo do partido dentro do cenário político pós-1945 e sua credibilidade entre os velhos integralistas.

Efetivamente, nos vinte anos seguintes, o PRP foi um ator constante na política brasileira, mas seus resultados eleitorais nunca foram especialmente consistentes. Era extremamente fraco no norte e nordeste, com alguma representatividade no sudeste. Suas bases mais fortes estavam no sul e no Espírito Santo e nos agricultores do minifúndio e em parte das classes médias urbanas.

Em alguns Estados, como o Rio Grande do sul, o partido tinha votos suficientes para exercer alguma influência na formação dos governos estaduais, mas sempre em posição subordinada. Em São Paulo, também participou de algumas coalizões e garantiu cargos e empregos a alguns de seus líderes. No governo federal, participou do governo de Kubitschek e negociou apoio parlamentar a vários outros. Uma força política que deu sobrevida a Salgado e que representou um sucesso não reproduzido por outros líderes fascistas “reciclados”, como Oswald Mosley na Inglaterra ou Adrien Arcand no Canadá. Não obstante, uma força bem longe do mínimo necessário para alimentar os sonhos de poder de sua liderança.

Isso ficou especialmente claro nas eleições presidenciais de 1955. Preparando a sua candidatura, Plínio falou em umas duzentas cidades entre meados de 1953 e 1954, normalmente como paraninfo de turmas universitárias e do ensino médio, em sociedades de agricultores, associações marianas e femininas, câmaras de vereadores, prefeituras, faculdades de direito, etc. Comitês da candidatura também foram formados, com o objetivo de demonstrar como Plínio era o candidato dos pobres e além partidos, com uma pregação doutrinária e claramente anticomunista.

Se realmente a liderança do PRP esperava a vitória, não está claro. Mas eles pretendiam, com certeza, apresentar um número de votos substancial, o que reforçaria a credibilidade e viabilidade do seu projeto político. Com 714.379 votos (8,3%), o PRP teve a sua melhor votação na história e é claro que o partido se proclamou vencedor. Mas o resultado deve ter frustrado muitos adeptos do PRP, levando a novas mudanças de sua estratégia (CALIL, 2007).

Assim, em 1957, num novo Congresso em Vitória (ES), o partido fez um claro esforço para recuperar credibilidade e se relançar, procurando, especialmente, se reaproximar das velhas bases do movimento integralista. Isso já vinha sendo feito desde 1945, mas foi intensificado agora que o PRP claramente não conseguia decolar e vários

membros iam abandonando a sigla. Nesse esforço, sigmas, silhuetas do mapa nacional e outros símbolos identificados como integralistas e abandonados entre 1945 e 1950 foram recuperados (CHRISTOFOLETTI, 2001; 2002, entre outros).

Ao mesmo tempo, o PRP procurou reforçar ainda mais sua disposição de se integrar ao sistema democrático (defendendo uma democracia orgânica) e o abandono de perspectivas insurrecionais, ao mesmo tempo em que voltava à política de alianças ostensivas com outras forças políticas que haviam abandonado quando da época da eleição presidencial.

Esses esforços, contudo, produziram resultados pífios e o PRP continuava, no final dos anos 50 e início dos 60, como uma organização pequena e de pouca representatividade. A única chance de poder dos remanescentes do Integralismo era, novamente, um golpe em reunião com outras forças políticas e este veio em 31/3/1964.

PLÍNIO SALGADO, O MOVIMENTO E O REGIME DE 1964

Com a polarização política brasileira no início da década de 1960, Salgado e seus seguidores identificaram uma nova “janela de oportunidades” para atingir o poder. Não mais pela via democrática, a qual havia se revelado além do alcance dos limitados recursos do partido e da sua relativamente pequena popularidade, mas pela participação em um novo golpe de Estado.

Os perrepistas tiveram efetivamente um papel de destaque na formação do golpe. Os deputados do PRP fizeram inúmeros discursos na Câmara dos Deputados contra João Goulart e membros do Partido colaboraram, em palestras e atos públicos por todo o país, na criação de uma atmosfera favorável ao golpe. Várias das “Marcha da Família por Deus e pela Pátria” conservadoras tiveram participação do PRP e Plínio Salgado foi especialmente atuante na de São Paulo. O famoso sistema IPES/IBAD, por isto mesmo, financiou boa parte destas atividades nestes anos iniciais da década de 1960.

Plínio também colaborou, em boa medida aproveitando-se da sua rede de contatos da época integralista, na organização do golpe em si. Afinal, vários dos conspiradores haviam sido integralistas e tinham respeito pela figura de Salgado, o que ajudou no agendamento de encontros e na superação de problemas.

Espanta realmente, a propósito, a forte presença de ex-integralistas no golpe. Basta recordar, a propósito, como um dos seus líderes, o Almirante Hasselmann, que travou tiroteio com marinheiros insubordinados já em 25/3/1964, fora um dos jovens oficiais da Marinha que tomara de assalto o Ministério da Marinha no putsch integralista de 1938. Aparentemente, era o Integralismo voltando a agir, com décadas de atraso.

Depois da vitória do movimento golpista, Plínio tentou, como era de seu feitio, assumir todos os méritos pelo ocorrido e afirmou que toda a movimentação havia acontecido sob sua coordenação e que 1964 era uma vitória do integralismo. O fato do general Mourão, que deu início à movimentação militar em Juiz de Fora, ter sido integralista, só colaborou para reforçar esta versão de Salgado (LOUREIRO, 2001).

Esta versão é exagerada. Claro que houve integralistas em posição de comando no golpe, mas, em geral, eles não se articularam enquanto herdeiros do movimento e muito menos obedecendo a ordens de Salgado. Ou seja, os remanescentes do integralismo – filiados ou não ao PRP – tiveram participação importante no movimento e colaboraram para o seu sucesso. Mas não se pode exagerar a mesma³.

Do mesmo modo, é preciso ter cuidado com a superestimação da influência integralista no regime militar. Aparentemente, ela foi imensa. Afinal, os ex-integralistas receberam, do regime, acesso a posições de poder em quantidade e importância superiores às que o PRP havia atingido.

Efetivamente, Raimundo Padilha chegou a líder do governo no Congresso e governador da Guanabara; Buzaid e Ibrahim Abi Ackel foram ministros da Justiça; João Paulo Reis Velloso do Planejamento e Euro Brandão da Educação e Cultura. Os ex-integralistas também controlaram muitas posições menores em vários ministérios, a Comissão de Moral e Cívica do MEC e a Superintendência de Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), com sua máquina burocrática. Plínio, por sua vez, foi líder do governo na Câmara dos Deputados e teve papel importante na aprovação de várias leis enviadas pelos militares ao Legislativo.

Plínio gostava de ressaltar essa relevância integralista. Em entrevistas e documentos, ele afirmava regularmente que os integralistas estavam chegando ao poder. Ele dizia que o movimento tinha centenas

³ Ver análises ponderadas neste sentido em Calil (2005) e Trindade (1994).

de milhares de adeptos e que estes estariam todos prontos a receber suas ordens. Também mencionava com regularidade como centenas de oficiais superiores, deputados e altos membros do poder Executivo eram integralistas e o obedeciam.

Como bem indicado por Hégio Trindade⁴, estes cálculos podem não ser absurdos e, portanto, é verdade que muitos membros do governo eram ex-integralistas e que a AIB forneceu quadros políticos, socializados pelo partido em seus ideais, ao regime. Do mesmo modo, é fato que alguns deles estavam satisfeitos com os ideais da ditadura, como o anticomunismo, no qual viam alguns pontos comuns com a antiga AIB.

Não obstante, a grande maioria dos ex-militantes da AIB ou do PRP já tinha se desgarrado ou rompido com o Integralismo, estava desarticulada e, com certeza, poucos obedeciam ao comando de Plínio. Assim, ao contrário do este dizia, os remanescentes do Integralismo não comandavam e nem influenciavam decididamente o regime, nem abertamente, nem nas sombras.

Provas desta situação são abundantes nos documentos dos remanescentes do integralismo e no próprio arquivo de Plínio Salgado, onde estão presentes inúmeras palavras de decepção com o poder e a influência que ele esperava ter entre os generais, mas que nunca se concretizaram. Nestes documentos, a frustração pessoal de Plínio por não ter atingido o comando do Estado é mais do que evidente, refletindo, no pessoal, a sua trajetória política.

Vários fatos também comprovam esta situação. Os membros do PRP foram surpreendidos, por exemplo, pela dissolução de todos os partidos políticos em 1965. Plínio optou pelo partido do governo, a Arena, imediatamente, assim como a maioria dos militantes e da liderança nacional. Mas muitos militantes ficaram incomodados e se recusaram a ficar na mesma agremiação que reunia oriundos da UDN, do PL e outros antigos inimigos.

Plínio manteve influência sobre ao menos alguns dos antigos perrepistas dentro da Arena, mas a dissolução do PRP dentro dela acabou, no fim, com qualquer autonomia destes, inviabilizando a formação de um projeto político autônomo dos integralistas e acabando de vez com os sonhos destes.

⁴ Trindade (1994). Para as informações a seguir, também me foi muito útil Calil (2002).

Realmente, o projeto da ditadura militar tinha muito pouco a ver com os ideais de 1932 ou mesmo de 1945 da AIB ou do PRP, com a exceção de pontos de contato eventuais. Seus ex-militantes trabalhavam para ela sem manter sua identidade integralista e nem obedeciam realmente a Salgado.

Uma tentativa de reverter este quadro veio em vários projetos de fornecer ao novo sistema de governo uma base doutrinária que aumentaria, inevitavelmente, a influência de Plínio no mesmo. Já em 1964, ele não apenas fez o que pôde para se afirmar como o “pai” do movimento, como convocou membros do PRP para criarem uma “Comissão Interventora de Reestruturação”, a qual deveria fornecer embasamento filosófico e doutrinário a este. Nos anos seguintes, ele continuou lutando para que a ideologia integralista servisse de base para o regime dos generais e defendeu uma reestruturação política que eliminaria o Senado e criaria um Parlamento baseado não em eleições, mas em uma representação classista que se aproximava do velho corporativismo dos anos 30.

Em 1966, numa nova tentativa, abrandou sua proposta e propôs a criação de uma “Câmara Orgânica”, que não substituiria o Parlamento, mas serviria para assessorá-lo. A idéia foi repelida pela Comissão Mista que estudava a nova Constituição, mesmo com todos os esforços de Plínio em sentido contrário, incluindo apelos ao presidente Castelo Branco.

Em 1969, a derradeira chance de aumento de poder. O AI 5 havia fechado o regime e surgiu a possibilidade do ex-ministro do interior, general Albuquerque Lima, posicionado mais a direita no espectro ideológico, disputar a sucessão da Junta Militar. Os radicais de direita, incluindo os integralistas, o apoiaram, assim como parte da oficialidade, mas os outros grupos militares optaram por uma liderança alternativa. O desapontamento dos ex-integralistas foi imenso. O general Jaime Ferreira da Silva, ex-integralista, chegou a dizer que eles se sentiram traídos, como se, novamente, e repetindo 1937, eles tivessem sido bloqueados nas portas do poder (TRINDADE, 1994).

No governo Médici, apesar da repressão, o regime procurou se dissociar do radicalismo da direita, sempre falando da restauração democrática e não numa nova ideologia. Pessoas como Buzaid continuariam defendendo algum tipo de institucionalização ideológica do regime, mas a proposta não foi em frente.

No governo Geisel e Figueiredo, por sua vez, a lógica liberal/práxis autoritária, para usar os termos de Trindade, transmutada na "democracia relativa" de Geisel e na transição sem fim, venceu novamente a tentação fascista, que nunca se viabilizou politicamente (TRINDADE, 1994). Os antigos integralistas podem ter conseguido empregos, influência e algum respeito, mas nunca chegaram aonde realmente queriam, ou seja, a centros de decisão. Com a morte de Salgado, em 1975, o seu grande foco de aglutinação foi eliminado. Desde então, eles se limitam a militar nos partidos conservadores e o integralismo como proposta política não tem mais repercussão, apesar da existência, ainda, de grupos isolados que se limitam a debater na Internet e a sonhar com o poder.

CONCLUSÕES

Para Plínio Salgado e os integralistas, um problema eterno foi explicar como um movimento que, a princípio, reunia o que havia de melhor no Brasil em termos de pensamento, ética e contato com a alma nacional não tenha conseguido atingir o poder. Como seria possível que, com tantas qualidades e com um Chefe particularmente iluminado, o movimento não tenha conseguido controlar o Estado?

Até 1937-1938, quando a AIB estava, aparentemente, pronta a atingir o poder, essa questão não era relevante, pois o movimento parecia realmente uma força irresistível e que estava chegando ao objetivo. Depois desse período, contudo, explicações tinham que ser encontradas para o fato dos anos e décadas se passarem e os remanescentes do integralismo – Plínio Salgado a frente – estarem longe da posição de condução dos assuntos nacionais que eles ambicionavam.

Uma primeira saída foi culpar a mentalidade pobre dos políticos e até do próprio povo brasileiro, incapazes de entender a grandeza dos ideais do movimento. Outra foi responsabilizar a hipocrisia e a força manipuladora dos políticos com os quais a AIB ou seus sucessores se relacionaram. Seriam estes tão cúpidos e sem escrúpulos que teriam tido a capacidade de enrodilhar os integralistas (que, com sua ética e interesses elevados, não teriam sido capazes de se defender a contento) nos seus esquemas, manipulando-os e, finalmente, descartando-os quando não mais necessários. Para alguns integralistas, o regime de 1964 teria feito isto até certo ponto, mas a figura mais lembrada neste ponto, com certeza, é Getúlio Vargas. Não espanta, aliás, como Getúlio seja o

personagem, provavelmente, mais odiado pelos integralistas e neo-integralistas depois de 1937.

Outra saída foi exagerar a própria força, como se afirmassem que haviam conseguido sim atingir o poder e que, portanto, a questão não faria sentido. Quando em Portugal, ao menos por algum tempo, Plínio Salgado foi especialmente enfático neste sentido quando afirmava que o Estado Novo varguista era a encarnação dos ideais integralistas. Do mesmo modo, quando afirmava que “estamos no poder” nos anos 60 e 70, Salgado indicava, como já ressaltado, mais a situação por ele ambicionada do que a realidade.

Em geral, contudo, a resposta mais utilizada para tentar animar os militantes foi assumir uma posição de desdém pelo poder. Este, dada a força do movimento, estaria sempre à mão, mas os integralistas e sua liderança, movidos por seus ideais elevados, nunca o quiseram. Uma justificativa que não parece ter convencido a muitos e mesmo Salgado, nos seus anos finais de vida, o assumia em seus documentos. Não obstante, uma justificativa que era sempre brandida quando a questão se manifestava.

Como visto no decorrer deste paper, contudo, a realidade era bem diferente. O desejo de poder por parte de Salgado e seus adeptos era uma constante e o controle do Estado nunca esteve longe das preocupações deles. Claro que o nível de poder ambicionado não foi sempre o mesmo, já que os integralistas não eram cem por cento alheios às possibilidades reais do contexto em que atuavam.

Assim, entre 1932-1937, a possibilidade de conquista total do Estado, com Salgado se tornando o ditador do Brasil, era uma realidade e lutou-se por isto. Como seria este Estado integralista, é uma questão em aberto, mas a hipótese de ele reunir os elementos autoritários do “Estado Novo” varguista e elementos mais totalitários da ideologia integralista, como um partido único e mobilização das massas, parece razoável. A única certeza é que seria uma ditadura, com Salgado no topo e o partido integralista se associando ao Estado, ao contrário de Vargas, que preferiu uma ditadura, digamos, mais tradicional.

Entre 1945 e 1964 e mesmo depois, a idéia de uma ditadura já não parecia mais possível. Na documentação de Plínio, nota-se uma grande fascinação deste pelas figuras de Salazar e Franco, com o sonho oculto, provavelmente, de que ele pudesse reproduzir o franquismo ou o salazarismo no Brasil. Isso é no mínimo irônico, pois Salazar e Franco

fizeram, nos seus países, exatamente o que Vargas fez no Brasil, ou seja, eliminaram, a frente de ditaduras conservadoras, os fascismos locais. Salazar e Franco representavam, contudo, o que, no contexto da Guerra Fria, seria aceitável em termos de ditadura de direita conservadora dentro do campo ocidental e não espanta tanto assim que reproduzir o modelo ibérico no Brasil tenha sido um desejo de Plínio.

Não obstante, já que esta meta era irrealizável, a eleição de Salgado presidente constitucional e/ou um forte aumento da influência nos governos eleitos já parecia um objetivo razoável. Durante a ditadura de 1964, por sua vez, a ambição dos integralistas não ia além de exercer uma forte influência de bastidores, fazendo as forças armadas e as organizações civis que controlavam o Estado seguirem as suas diretrizes, mas não indo além desse ponto.

De qualquer forma, a busca pelo poder, por algum poder, foi uma constante. Se a opção para atingi-lo era o golpe de Estado, a vitória eleitoral, a participação em um bloco de poder ou algum tipo de combinação entre esses métodos, dependia da avaliação das forças envolvidas e do contexto político. Mas nunca, em nenhum momento, o objetivo do poder não esteve presente. Em si, nada espantoso e/ou fora do esperado, pois movimentos políticos sempre ambicionam o controle ou influência sobre o Estado. Mas os integralistas foram especialmente ambiciosos e dispostos a todos os métodos, democráticos ou não, para atingi-lo.

Essa ambição não era nada que não estivesse nos ideais dos homens que criaram e mantiveram o movimento por tantos anos e décadas e que sempre foram antidemocráticos, mas sempre camuflada numa névoa de desprendimento e idealismo que não era exatamente verdadeira. Uma realidade que deve ser recordada, especialmente quando seus herdeiros continuam ao nosso redor, proclamando o seu idealismo, mas em busca contínua pelo poder. Um poder do qual, felizmente e ao menos no momento atual, eles parecem estar muito distantes.

REFERÊNCIAS

BERTONHA, João Fábio. Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007). Jaboticabal: Funep, 2010.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

_____. O integralismo e o poder: entre a insurreição e a constitucionalização. In: FELIX, Loiba Othero. *Rio Grande do Sul: 200 anos*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2002.

_____. O integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

_____. 1955: a campanha de Plínio Salgado à presidência. In: SILVA, Giselda Brito. *Estudos do integralismo no Brasil*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2007. p. 237-265.

CARONE, Edgar. *A segunda república (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1974.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. A face intelectualizada do Novo Verde: a Enciclopédia do Integralismo como suporte de auto-afirmação democrática. *Dimensões*, Vitória, n. 13, p. 187-195, 2001.

_____. As celebrações dos 25 anos do integralismo e o caso da Enciclopédia do Integralismo. 2002. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

DOREA, Gumercindo Rocha (Org.). *Manifesto de outubro de 1932*. São Paulo: Voz do Oeste, 1982.

DOTTA, Renato Alencar et al. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Municipal de Rio Claro, 2004.

HILTON, Stanley. Ação Integralista Brasileira: o Fascismo no Brasil, 1932-1938. In: _____. *O Brasil e a crise internacional, 1930-1945*, 23-57. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 23-57.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Plínio Salgado, meu Pai*. São Paulo: GRD, 2001.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SALGADO, Plínio. *Palavra nova dos tempos novos*. São Paulo: Revista Panorama, 1936.

_____. *O Integralismo Brasileiro perante a nação*. Lisboa: Oficina Gráfica Limitada, 1946.

SILVA, Giselda Brito. *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007.

SILVA, Hélio. *1938: terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

TRINDADE, Hégio. O radicalismo militar em 1964 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 123-141.